



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 4037/2021 - SES/GAB

Brasília-DF, 23 de abril de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor

**PAULO TADEU**

Conselheiro-Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Brasília/DF

Assunto: contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado. **Complementação das respostas remetidas no Ofício Nº 7426/2020 - SES/GAB (49062719), no Ofício Nº 2241/2021 - SES/GAB (57734533), e no Ofício Nº 3572/2021 - SES/GAB (59837096).**

**Senhor Conselheiro-Presidente,**

Cumprimentando-o cordialmente, reportamo-nos ao Ofício nº 3169/2021-GP (60106711) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha Despacho Singular nº 259/2021-IM (60106663), **o qual concede 5 dias de dilação de prazo para cumprimento da Decisão nº 541/2021**, referente ao Processo nº 00600-00000439/2020-16-e, que trata de *Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, de lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.*

A referida decisão assim estabeleceu:

DECISÃO Nº 541/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I. tomar conhecimento:

a) do Ofício n.º 577/2020-G2P (e-DOC E1397BA9-e);

b) do Ofício BRB SERVIÇOS nº 055/2020 e anexos (e-DOC C17149C9-c);

c) do Ofício SEI-GDF n.º 7426/2020 – SES/GAB (e-DOC E3750953-c)

e anexos (e-DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c);

d) da cópia do Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04, juntada aos autos na forma de “documento associado”;

e) da Informação n.º 134/2020 - DIASP3 (e-DOC 84B25F96-e);

f) do Parecer n.º 80/2021-G2P (e-DOC D5503271-e);

**II. com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão n.º 4.226/2020;**

III. considerar, em relação às diligências contidas no item IV da Decisão n.º 4.226/2020:

a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”;

b) parcialmente cumprida a alínea “c”;

c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”;

**IV. em decorrência do item “III.b” anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:**

a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);

b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);

c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);

**V. em razão do item “III.c” precedente, reiterar à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;**

**VI. determinar:**

**a) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias:**

1) apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o “Programa Entregas de Medicamentos em Casa” (decorrente de “uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)”) teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item “V-c” da Decisão n.º 4.226/2020;

2) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 - SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (email diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

b) ao Banco de Brasília de S.A. - BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 - SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

**VII. alertar o titular da Pasta de Saúde de que o não cumprimento de deliberação plenária pode ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/1994;**

VIII. dar ciência desta decisão à representante e à sociedade empresária BRB Serviços S.A.;

IX. autorizar:

a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e ao Banco de Brasília de S.A. - BRB, a fim de subsidiar o atendimento das referidas diligências;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Nesse sentido, em complementação aos **Ofício Nº 7426/2020 - SES/GAB (49062719), no Ofício Nº 2241/2021 - SES/GAB (57734533), e no Ofício Nº 3572/2021 - SES/GAB (59837096) encaminhamos as seguintes informações.**

Conforme mencionado, foram solicitadas informações complementares à Subsecretaria de Administração Geral e à empresa BRB referente aos seguintes pontos abaixo destacados.

Em resposta ao Ofício Nº 3579/2021 - SES/GAB (59846681), a BRB Serviços S.A encaminhou os seguintes documentos:

Ofício BRB Serviços nº 016/2021 (60034431);

Acordo Coletivo de Trabalho (60034722);

Planilha de custos e formação de preço (60036455);

Planilha de custo e formação de preço 2 (60036549);

Por meio do Despacho SES/GAB (60408744), os referidos documentos foram remetidas às unidades técnicas para manifestação complementar, as quais se pronunciaram no seguinte sentido:

A Diretoria de Assistência Farmacêutica, prestou esclarecimentos atualizados quanto a prestação do serviço, subcontratação e cumprimento da medida cautelar estipulada por essa Corte em relação aos pagamentos, conforme Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF (60445344):

A respeito das determinações exaradas no Despacho SES/GAB (60408744), com relação ao seguinte tópico:

**- A DIASF/SAIS, que se manifeste quanto aos pagamentos realizados à empresa em questão, notadamente quanto ao cumprimento do item II da Decisão nº 541/2021 (que manteve a medida cautelar imposta pelo item III da Decisão nº 4226/2020: determinando à SES que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S/A, com fulcro no Contrato nº 063/2020, o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos pela contre de Contas para encargos sociais e BDI, 72,91% a 30,0%, respectivamente);**

Faz-se necessário pontuá-lo em 2 situações:

**1. Pagamentos advindos do Contrato nº 063/2020:**

Cumprir citar que os pagamentos seguiram à determinação do TCDF de se observar o valor máximo mensal de R\$1.498.389,62. O montante a ser pago em cada mês pode ser verificado nos Relatórios Analíticos que constam nos processos:

00060-00189892/2020-17 - abril/2020

00041-00000969/2020-65 - maio/2020

00041-00001317/2020-48 - junho/2020

00041-00001399/2020-21 - julho/2020

00041-00001661/2020-37 - agosto/2020

00041-00001893/2020-95 - setembro/2020

**É imperioso mencionar que a Decisão nº 4226/2020 foi publicada em 09/10/2020. Para os meses de abril, maio e junho/2020, a referida determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal não foi utilizada para os cálculos nos seus respectivos Relatórios Analíticos. Assim, no processo 00041-00001893/2020-95 que versa sobre o pagamento do mês de setembro/2020 foi feita retificação dos valores dos meses de abril, maio, junho/2020, baseando-se no novo valor estipulado pelo egrégio TCDF.**

**2. Pagamentos sem a cobertura contratual:**

Referente à prestação dos serviços pelo BRB Serviços S/A sem cobertura contratual, pois o contrato Contrato nº 063/2020 teve sua vigência expirada em 28/09/2020, os Relatórios Analíticos, os quais sinalizam o montante a ser pago, também seguiram à determinação do TCDF de se observar o valor máximo mensal de R\$1.498.389,62.

Tais Relatórios estão acostados nos processos abaixo especificados:

00041-00002247/2020-45 - novembro/2020

00041-00000023/2021-80 - dezembro/2020

00041-00000326/2021-01 - janeiro/2021

00041-00000867/2021-21 - fevereiro/2021

00041-00002149/2021-99 - março/2021

Importante citar que, na presente data, esses processos estão pendentes de pagamento.

Com relação ao seguinte quesito do Despacho SES/GAB (60408744), assim disposto:

- bem como manifestação complementar quanto ao item:

Decisão 541/2021:

VI-a: 1) aparente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o "Programa Entregas de Medicamentos em Casa" (decorrente de "uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)") teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item "V-c" da Decisão n.º 4.226/2020:

Esclarece-se que o serviço de entrega de medicamentos em casa foi retomado no dia 03/11/2020 sem cobertura contratual, pois o Contrato nº 063/2020 teve sua vigência expirada em 28/09/2020. O serviço atualmente está sendo prestado aos pacientes cadastrados no CEAF mediante "REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA" determinada pelo Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal junto ao BRB. O pagamento pela execução dos serviços está sendo tratado como despesa indenizatória. A exposição de motivos e os fundamentos foram detalhados pelo Senhor Secretário de Estado de Saúde no Despacho - SES/GAB 49512601:

(...)  
foi requisitado os serviços ao BRB via requisição administrativa e posteriormente fora efetivada sua suspensão, contudo, foi constatado que a atual situação vivida pelos usuários dos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, é delicada, bem como deve ser tratada como prioridade, pois, é dever do Estado colocar à disposição os meios necessários, com escopo de prolongar, qualificar a vida e a saúde dos pacientes e usuários da rede pública de saúde; O aumento do risco de infecção por COVID de mais de 12.000 pacientes crônicos da rede pública de saúde é iminente, haja vista que os mesmos precisarão deslocar-se até uma das 3 unidades de Farmácias do Componente Especializado (Alto Custo) mesmo com a manutenção do atual cenário que enfrentamos de pandemia da COVID-19.

Nesse sentido, ressaltamos a grande movimentação, bem como aglomeração nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, para retirada de medicamentos e resolução de pendências, fato este que vai de encontro ao atual momento da saúde do Distrito Federal, vez que estamos desmobilizando os leitos destinados à COVID-19, e, não podemos propagar a disseminação viral, bem como temos o dever de minimizar dos os fatores que levam a contaminação das pessoas, especialmente, os pacientes crônicos que precisam de fármacos de alto custo os quais são extremamente suscetíveis à doença COVID-19 necessitando ter sua exposição resguardada e sua saúde preservada.

A manutenção do serviço é absolutamente essencial e urgente, tendo em vista que hoje temos as Farmácias Especializadas com uma realidade ainda mais caótica do que a vivenciada até março do ano corrente, na medida que houve incorporação de novos protocolos clínicos e serviços, além de aumento expressivo do absenteísmo por motivos de saúde, que compromete atualmente cerca de 60% da força de trabalho.

Dessa forma, a entrega dos medicamentos em casa visa a resguardar os usuários do sistema alicerçado no princípio da integralidade que orienta o SUS, conforme artigo 198, inciso II, da Constituição Federal:

[...]

"Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

(...)

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;".

[...]

Noutro giro, em que pese o Distrito Federal venha seguidamente interrompendo medidas de isolamento social e autorizando a retomada de atividades sociais, certo é que a pandemia continua, bem como devemos tomar iniciativas para manter ao máximo as restrições à circulação de pessoas.

Assim, o serviço objeto dos autos, corrobora com a pretensão almejada, ao passo que interromper a entrega de medicamentos na casa do grupo mais vulnerável da população trará a exposição dos mesmos, ainda, a necessidade de deslocamento pelos meios de transporte público, vez que a grande maioria dos pacientes do SUS perfaz população de baixa renda, os quais devem ser tutelados pelo Estado.

Desta forma, considerando a necessidade da continuidade do serviço;

Considerando o aforamento de ações judiciais para a continuidade do serviço;

Resolvo cassar a suspensão estampada no Despacho - SES/GAB (48621719) para determinar a continuidade dos procedimentos da **REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA (48409104)**, com alicerce na legislação, digo, na [lei Federal 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, que conferiu aos entes federativos a possibilidade de "requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa" (artigo 3º, inciso VII), no inciso XXV do art. 5º da [Constituição Federal](#) e na [lei 8.080/90](#) ao **BRB SERVIÇOS S/A**, concernente ao serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, até que se perfectibilize a contratação emergencial ou regular do serviço em tela, haja vista que a descontinuidade esta causando e poderá causar consequências desastrosas, com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas. Quanto ao pagamento, este será com base no serviços que já foram devidamente prestados, levando em consideração a Decisão nº 4226/2020, exarada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

Por fim, consideramos pertinente complementar as informações anteriormente proferidas por esta DIASF/CATES (58813251) alusiva à subcontratação - Decisão 4.266/2020: IV-h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada.

Diante o posicionamento da GACTC/DACC (60332897) de desconhecer acerca de subcontratação para execução dos serviços, reafirmamos que as atividades logísticas estão sendo realizadas por empresa subcontratada pela BRB Serviços. Foi lavrado Termo Aditivo (44057725) no seguinte teor:

2.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:

2.1.1. **Tornar nulo o item XXVII da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA, que diz:

"A CONTRATADA, não poderá subcontratar os funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, bem como não poderá subcontratar ou associar-se ou consorciar-se ou estabelecer aliança ou parceria com terceiros para a execução dos serviços e para prover os recursos de infraestrutura previstos neste Contrato"

Sendo esses os esclarecimentos desta área técnica de assistência farmacêutica, direcionamos o presente a Vossa Senhoria, ao passo que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

A Subsecretaria de Administração Geral por sua vez, em análise à documentação acostada pela empresa fez os seguintes apontamentos, conforme manifestação da Gerência de Pesquisa de Preços (60481286) em que destacamos os seguintes pontos:

[...]

Em atenção ao Despacho SES/GAB (60408744), segue abaixo a respostas doas apontamentos relacionados à SES/SUAG/DIAQ/GEPP;

### QUANTO À PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Decisão 4.266/2020:

IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:

1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;

**RESPOSTA:** Cumpre esclarecer que o processo 00060-00109204/2020-43, nos foi demandado com prioridade conforme consta nos Autos Selo Prioridade COVID-19 SES/FSD/DF/DIOR/GEO (40773457), pelo Memorando 78 GAB/SES (37266072), Despacho SES/SAIS (37288855), Despacho SUAG (37292833), motivo pelo qual foi adotado durante o procedimento de Estimativa o Disposto na LEI N° 13.979, 06 de FEVEREIRO de 2020, mais especificamente em se Art. 4º, in verbis;

(...)

"Art. 4º-E. Nas aquisições ou contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado referidos no **caput** deste artigo conterà: [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

...

VI - estimativa de preços obtida por meio de, no mínimo, 1 (um) dos seguintes parâmetros: [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

c) sites especializados ou de domínio amplo; (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

...

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do § 1º deste artigo. (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)"

Como pode ser observado no referido processo, esta GEPP/DIAQ durante o procedimento de estimativa, em atenção art. 7 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, realizou pesquisa no;

•

[Painel de Mapa de Preços/GDF](#), onde foi não localizado registros de contratações.

•

[DW/Compranet](#) (ID: 37850771), que conforme Parecer Técnico constante no Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF (37927389), não atende ao Demandado no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC (37293085).

•

Solicitação de Propostas à possíveis fornecedores conforme E-mail CONVOCAÇÃO DE PROPOSTAS (37383728). Em resposta obtivemos duas Propostas, quais sejam Proposta ABL SYSTEM (37825296) e Proposta BRB (37825188).

Nota-se que o Projeto Básico SES/SUAG/CEIC (37293085) da contratação em comento não apresenta o dimensionamento preciso de todos os itens compõem o serviço, portanto inviabilizando a composição de todos os seus custos unitários por parte desta GEPP/DIAQ.

Ressaltamos de igual modo que o BRB, empresa que apresentou a menor proposta, encaminhou Planilha detalhada de Composição de Custos (38028782), cujo dimensionamento foi estimado por parte daquela empresa. E aprovado em parecer exarado pelo setor Técnico responsável pela demanda no âmbito desta SES/DF, vide Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF (37905728).

Por todo o exposto, diante das circunstâncias supramencionadas, assim como a complexidade da situação em tela, informamos que foi utilizado como valor de referência o menor preço válido obtido ( Parecer Técnico exarado pelo setor demandante) em concordância com Art. 18 da da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, in verbis;

"Art. 18. Excepcionalmente, mediante justificativa do gestor responsável e devidamente comprovado nos autos, será admitida a pesquisa com menos de três preços válidos, o menor dos preços ou o maior desconto obtido."

### QUANTO À COMPOSIÇÃO DE DETALHADA DOS CUSTOS UNITÁRIOS

Decisão 4.266/2020:

IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:

2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

**RESPOSTA:** Em conformidade com o exposto na resposta do item anterior sugerimos que seja solicitado à empresa BRB a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas assim como a composição detalhada de todos os custos unitários, considerando a ausência de dimensionamento preciso no Projeto Básico, fato este que impossibilita esta GEPP/DIAQ de atendimento ao pleito.

Considerando a ausência de Preços Públicos validados pelo setor técnico competente, ausência de registros de serviços no [Painel de Mapa de Preços/GDF](#), foi utilizado como valor de referência o menor preço válido obtido em concordância com Art. 18 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, exposto anteriormente.

[...]



Ante as manifestações apresentadas nos cabe fazer os seguintes apontamentos.

Cumpre destacar o total comprometimento desta Gestão pela regularização do serviço que se mostrou importante ferramenta para os evitar que pacientes do grupo de risco fossem expostos de maneira desnecessária em tempos de enfrentamento à pandemia causada pela COVID-19.

Nesse sentido, reitera-se o cumprimento da liminar determinada por essa Corte quanto ao teto imposto nos pagamentos referentes ao Contrato nº 63/2020, bem como o impedimento de qualquer valor pago a título indenizatório sem que houvesse o cuidado de avaliar a regularidade dos preços e dos serviços prestados, conforme destacado pelo Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF (60445344).

Do histórico da contratação apresentado pela Gerência de Pesquisa de Preços (60481286), destacamos que toda a fase instrutória da licitação ocorreu em gestão anterior e em período de grande celeridade para tomada de ações de enfrentamento à COVID-19.

O que cabe e compete à atuação Gestão são ações para regularização do feito de modo a impedir qualquer pagamento sem a devida verificação da regularidade dos preços e da correta execução dos serviços prestados, sem deixar a população desassistida e sem interromper o serviço que se mostrou de grande valia no combate à pandemia.

Sendo essas as informações a serem apresentadas no momento, direcionamos o presente para apreciação de Vossa Excelência, ao passo que nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**OSNEI OKUMOTO**

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 23/04/2021, às 19:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **60510034** código CRC= **FF6EFA9F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1ª e 2ª andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF



(61) 2017-1102  
Site: - [www.saude.df.gov.br](http://www.saude.df.gov.br)

---

00600-00001570/2021-81

Doc. SEI/GDF 60510034